



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA
Rua Benedito Marinho, 293 – Nova Floresta -PB
C.N.P.J. nº 08.739.625/0001-81

LEI N.º 932/2018

De 22 de OUTUBRO de 2018.

**AUTORIZA TRANSPOSIÇÃO,
REMANEJAMENTO OU
TRANSFERENCIA TOTAL OU PARCIAL
DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIA.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE NOVA FLORESTA, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica autorizada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro e a consequente anulação total ou parcial de dotações orçamentárias constantes dos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Exercício de 2018 até o valor de R\$ 7.186.500,00 (Sete milhões, cento e oitenta e seis mil, quinhentos reais), correspondente a 30% do orçamento utilizando como fonte de recurso as disponibilidades caracterizadas no parágrafo 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 2º Fica autorizado a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro de dotações vinculadas as despesas obrigatórias de caráter continuado, como definidas no art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e a outras despesas até o montante de R\$ 7.186.500,00 (Sete milhões, cento e oitenta e seis mil, quinhentos reais), correspondente a 30%, utilizando como fonte de recurso as disponibilidades caracterizadas no parágrafo 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Paragrafo único. A fonte de recursos para cobertura dos créditos abertos na forma definida no caput deste artigo é o remanejamento autorizado nos termos do artigo 1º desta Lei

Art. 3º O remanejamento autorizado só deverá ser utilizado para remanejar, exclusivamente dotações orçamentárias consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social alocadas nos grupos de natureza de despesa.

- I – “31” – Pessoal e Encargos Sociais;**
- II – “32” – Juros e Encargos da Dívida;**
- III – “33” – Outros Despesas Correntes;**
- IV – “44” – Investimentos;**
- V – “46” – Amortização da Dívida.**

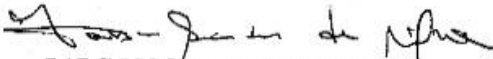
Art. 4º O remanejamento autorizado far-se-a até o limite dos saldos das respectivas dotações vinculadas;

- I – no órgão a programas diferentes;**
- II – no programa a órgão diferentes;**
- III – a órgãos e programas diferentes.**

Paragrafo único. O Decreto que autorizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos nos limites específicos nesta Lei discriminará os valores remanejados agregados segundo as categorias definidas nos artigo 3º desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos e 01 de Janeiro de 2018

NOVA FLORESTA-PB., 22 de OUTUBRO de 2018


JARSON SANTOS DA SILVA
PREFEITO CONSTITUCIONAL